



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 419, DE 2023
(Do Sr. Da Vitoria)

Susta os efeitos da Portaria MTE Nº 3.665, de 13 de Novembro de 2023, do Ministério do Trabalho.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDL-405/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023

(Do Sr. DA VITÓRIA)

Susta os efeitos da Portaria MTE Nº
3.665, de 13 de Novembro de 2023

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, em sua integralidade e em seus efeitos, a Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece “que é permitido o trabalho em feriados nas atividades de comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição”, e revogou itens da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Decreto Legislativo (PDL) visa sustar a Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, do Ministério do Trabalho e Emprego, que alterou a Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, e condicionou o expediente no setor do comércio aos domingos e feriados a autorização de Convenção Coletiva de Trabalho, retirando a possibilidade do acordo direto entre o funcionário e o empregador, e legislação municipal.

De acordo com a Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, agora parcialmente revogada, para alguns setores, dentre eles do comércio, o funcionamento aos domingos e feriados, independentemente de convenção, desde que respeitada a jornada da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), era permitida e tinha caráter permanente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

Art. 62. É concedida, em caráter permanente, autorização para o trabalho aos domingos e feriados, de que tratam os art. 68 e art. 70 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, às atividades constantes do Anexo IV desta Portaria.

Agora, com a revogação parcial da mesma, a convocação para o trabalho aos domingos e feriados no comércio só poderá ser realizada se a decisão for estabelecida por meio de Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, retirando a possibilidade de acordo direto entre empregador e empregado.

Tal medida, contudo, afeta diretamente as três frentes envolvidas: os trabalhadores, os empregadores e a população. Como é de conhecimento, muitas famílias têm no domingo e nos feriados o dia para realizar suas compras, o que ficará dificultado por conta da Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023.

Já os trabalhadores do comércio — setor que representa 57% dos postos de trabalho no Brasil — ficarão impedidos de realizar sua atividade profissional, respeitado o previsto na CLT e em negociação direta com o empregador, nestes dias, o que poderá afetar na abertura e na preservação de empregos, indo contra uma das prioridades do País que é dar oportunidade de trabalho aos brasileiros.

Com relação ao empregador, a Portaria dificulta a negociação direta entre ele e o empregado, aumentando a burocracia e a insegurança jurídica para o livre acordo de trabalho entre as partes e o funcionamento das empresas aos domingos e feriados. Acrescento ainda a falta de diálogo do Poder Executivo com o setor empresarial antes de adotar uma medida que prejudica diretamente a atividade comercial.

Diante de todo o exposto, apresentamos o referido PDL sustar a integralidade da Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, do Ministério do Trabalho e Emprego

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 2023.

DA VITÓRIA
Deputado Federal - Progressistas/ES

